

Observatório de Saúde Mental, Direitos Humanos e Políticas Públicas/ LAPS/ ENSP/ FIOCRUZ

Levantamento inicial de Observatórios de Saúde Mental e Direitos Humanos no Brasil

Rio Grande do Norte

OBSAM-UFRN

Observatório de Saúde Mental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<http://obsam.ufrn.br/>

Coordenação:

Maurício Campelo Macedo (Coordenador)-Departamento de Saúde Coletiva / UFRN

Isa Maria Hetzel de Macedo-Departamento de Saúde Coletiva / UFRN

Jacileide Guimarães-Escola de Saúde / UFRN

Ana Karenina Arraes Amorim (UFRN)

Data da criação: 2013

Os projetos do OBSAM, portanto, têm como horizonte contribuir para a reflexão coletiva, o debate, a produção e difusão de conhecimentos, a qualificação do cuidado e da gestão, a estruturação e sedimentação de memória no campo da Saúde Mental. Um projeto estreitamente vinculado à promoção dos direitos humanos e de possibilidades efetivas de emancipação e de expressão da subjetividade/realização dos sujeitos.

O OBSAM-UFRN pretende-se estabelecer como **interface da UFRN com as RAPS do RN** e com todos os atores institucionais, políticos e sociais do campo, para melhorar as condições de saúde mental, a qualidade dos serviços, o estímulo ao exercício da cidadania e dos direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico.

Linhas de trabalho/ eixos de atividades

Projetos integrados de ensino, pesquisa, extensão:

- Saúde Mental e Qualidade de Vida;
- Saúde Mental/Álcool e Outras Drogas;
- Avaliação de Políticas e Atenção Psicossocial;
- Direitos Humanos e Cuidados às Populações Vulneráveis.

Eixo: Informação, Memória e Comunicação em Saúde Mental: Site, com notícias, entrevistas, resultados de pesquisas, biblioteca e videoteca virtual

Sala de Situações para monitoramento e avaliação das Redes de Atenção Psicossocial e demais serviços de assistência e dos processos de cuidado no interior desta rede.

https://nesc.ufrn.br/pagina.php?a=obs_saude

O Observatório de Saúde Mental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (OBSAM-UFRN) é vinculado ao **Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC)** e ao **Departamento de Saúde Coletiva (DSC)** e tem como objetivo estabelecer uma **interface da UFRN com a Rede de Atenção Psicossocial do SUS** e todos os atores institucionais, políticos e sociais envolvidos neste campo, com vistas à realização de **pesquisas e atividades de ensino e extensão** voltadas para a melhoria das condições de Saúde Mental, da qualidade dos serviços prestados e do estímulo ao exercício da cidadania.

Localização

Av. Sen. Salgado Filho, 300/ Campus Universitário, Lagoa Nova

Natal/RN - CEP 59078-970

(84) 3342-2276/ nesc@nesc.ufrn.br

Ceará- Sobral

GESAM

Observatório de Saúde Mental e Políticas sobre Drogas

<https://observatoriodesaudemental.com.br/>

Coordenação:

Eliany Nazaré Oliveira-Coordenadora geral Grupo de Estudo e Pesquisa Saúde Mental e Cuidado/Universidade Estadual do Vale do Acaraú

Claudine Carneiro Aguiar/ Coord. adjunta Coordenadoria de Políticas sobre Drogas/ Secretaria de Saúde de Sobral, Ceará

Apresentação

O Observatório de Saúde Mental e Políticas sobre Drogas é uma iniciativa do **Célula de Estudo e Pesquisa Saúde Mental e Cuidado (GESAM)**, da **Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)**, em **parceria com a Secretaria de Saúde de Sobral - Ceará**, por meio da **Célula de Políticas sobre Drogas**. Tem por objetivo, captar e compilar

pesquisas institucionais, teses, dissertações, monografias, artigos, livros, capítulos de livros e produções técnicas na área de saúde mental e políticas sobre drogas, realizadas no município, com o intuito de impulsionar sua devolução para sociedade em geral. A nossa missão é o acompanhamento estratégico/científico destas temáticas; aperfeiçoamento e difusão de informações nessas áreas assim como fortalecimento do campo da atenção psicossocial. Ressalta-se ainda que sua criação e institucionalização acontece sem fins lucrativos.

Funcionalidade do Observatório

A partir deste observatório, a comunidade acadêmica e a população em geral poderá realizar pesquisas na área da saúde mental e políticas sobre drogas, por meio de ferramentas que facilitam a busca por títulos, autores, data da publicação do trabalho e palavras-chave. Suas funcionalidades viabilizam a pesquisa à diversos tipos de trabalhos: teses, dissertações de mestrado, TCC de especialização, TCC de graduação, artigos publicados, livros, capítulos de livros, produções técnicas e documentos institucionais. Ademais, possibilita o acesso a notícias de congressos, eventos ou assuntos relacionados a **saúde mental e política sobre drogas**.

Objetivo

Captar e compilar **pesquisas institucionais, teses, dissertações, monografias, artigos, livros, capítulos de livros** e produções técnicas na área de **saúde mental e políticas sobre drogas**, realizadas no **município**, com o intuito de impulsionar sua devolução para sociedade em geral

Missão

Acompanhamento estratégico/científico destas temáticas; aperfeiçoamento e difusão de informações assim como fortalecimento do campo da atenção psicossocial.

Nossa compreensão sobre o observatório

Os observatórios são mecanismos que fornece informações estratégicas para auxiliar na **identificação de ameaças, oportunidades e tendências**, além de oferecer **subsídios à tomada de decisão** de um determinado setor, seja em nível regional, nacional ou internacional. A principal vantagem de um observatório é a obtenção de uma visão ampla, integrando perspectivas regionais e locais, permitindo o desenvolvimento científico e tecnológico local sem perder de vista a perspectiva nacional (SCHMIDT E SILVA, 2018). Nos últimos tempos estão sendo criados observatórios dos mais diversos tipos, com o intuito de monitorar sistematicamente o funcionamento de um setor ou temáticas específicas, destacando-se: racismo, trabalho, imigração, relações industriais, ciência e tecnologia, violência, meio ambiente, política. No caso específico deste, o **objeto é o setor de Saúde Mental e Política sobre Drogas**.

Contatos:

observatoriodesaudemental@gmail.com

<https://twitter.com/OBSERVATRIODES1?s=20>

<https://www.facebook.com/Observat%C3%B3rio-de-sa%C3%BAde-mental-e-pol%C3%ADticas-sobre-Drogas-103944485385765/>

Distrito Federal/ DF

OBSAM-UnB

Observatório de Políticas de Atenção à Saúde Mental no DF/OBSAM

<https://obsam.unb.br/pagina-exemplo/>

Coordenação-

Profa Dra. Maria da Glória Lima;

Profa Dra. Maria Aparecida Gussi,

Universidade de Brasília/UnB/Núcleo de Estudos em Saúde Pública/ Faculdade de Saúde/Departamento de Enfermagem.

UnB, por intermédio do **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/CEAM e Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UnB/NESP**, é signatária deste Observatório.

Esta iniciativa contou com a **emenda parlamentar da Deputada Federal pelo Distrito Federal Erika Kokay**, por meio do **Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde**.

Executa ações em parceria com o Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria Estadual de Saúde/Diretoria de Saúde Mental, do Centro Regional de Referência em Álcool, Crack e outras Drogas/Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS e da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH.

Sobre o Observatório

Observatório de Políticas de Atenção à Saúde Mental no Distrito Federal/Obsam tem como finalidade contribuir **na formulação e execução de ações estratégicas** que subsidiem e norteiem os **processos de gestão, formação de pessoas, desenvolvimento e adequação de práticas** no campo da saúde mental, no acesso e intercâmbio de informações e de experiências inovadoras, com **foco na ampliação e consolidação da rede de atenção psicossocial no Distrito Federal (RAPS/DF)**.

Suas ações estão voltadas ao acompanhamento das necessidades para **fortalecimento da RAPS/DF**, com ênfase na formação e qualificação dos profissionais de saúde, no acesso e intercâmbio de informações e de experiências inovadoras, na realização de estudos e pesquisas, estratégias de participação e de controle social, de forma a subsidiar a gestão e o desenvolvimento de boas práticas de saúde.

Objetivo Geral

Desenvolver estudos e metodologias para **análise da implementação de políticas de saúde com foco em recursos humanos para intervenção na RAPS/DF**.

Objetivos Específicos

I – acompanhar, analisar e orientar o desenvolvimento das estratégias e metodologias de formação e capacitação de recursos humanos de saúde com foco na RAPS/DF;

II – desenvolver estudos, metodologias e indicadores que possibilitem a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade do trabalho desenvolvido na RAPS/DF, em diferentes cenários de intervenção;

III – desenvolver estudos e análises sobre as políticas de recursos humanos em saúde que estão interligados a RAPS/DF no Brasil, em especial no DF;

IV – subsidiar as ações governamentais e não governamentais na elaboração de políticas de gestão do trabalho, de intervenção nos dispositivos de assistência e de educação na saúde;

V – articular e integrar os equipamentos de saúde previstos na RAPS, rede de baixa, média e alta complexidade: rede CAPS, consultório na rua, redutores de dano, dentre outros;

VI – potencializar a gestão e atenção das ações de saúde mental da RAPS, com a articulação a outros recursos comunitários e instituições de ensino.

Eixos de intervenção:

Eixo 1- Articulação da RAPS/DF no Distrito Federal.

Eixo 2 – Reflexão e reformulação dos e nos processos de trabalho.

Eixo 3 – Avaliação e monitoramento dos e nos processos de trabalho.

Eixo 4 – Produção e divulgação de conhecimento para a formação de recursos humanos (gestores, profissionais da assistência) e outras pessoas que direcionam suas ações para o campo da saúde mental, considerando a Política Nacional e Distrital de Saúde Mental.

Rio De Janeiro- Niterói- UFF

ONSMJDH

Observatório Nacional de Saúde Mental, Justiça e Direitos Humanos – ONSMJDH

<http://onsmjdh.sites.uff.br/>

Coordenação:

Prof^ª: Silvia Tedesco (Coordenadora)

Prof^ª: Beatriz Adura (Sub-Cordenadora)

Rede ONSMJDH/ Apresentação da Rede

Rede de Pesquisa do Observatório

A rede compõe-se de três modalidades de antenas produtoras de informações:

Instituições Parceiras – Trata-se de detectar e constituir parcerias institucionais para troca de informações e ações dirigidas ao fomento dos objetivos do ONSMJDH.

Núcleos de Pesquisa – Grupos formados por pesquisadores, técnicos, profissionais, gestores e demais interessados no estudo teórico-empírico de temas afins, alinhados com os objetivos do ONSMJDH.

Projetos de Pesquisa – Estudos teóricos e empíricos coordenados por pesquisador abalizado com fins à produção de conhecimento relevante.

Secretaria

E-mail: onsmjdh@vm.uff.br

Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos/ RENILA/OSM

<http://www.osm.org.br/>

<http://osm.org.br/osm/sobre/>

<https://site.cfp.org.br/denncias-recebidas-pelo-observatorio-de-sade-mental-em-debate/>

<https://www.facebook.com/people/Rede-Nacional-Intern%C3%BAcleos-da-Luta-Antimanicomial-Renila/100064739134603/>

26/02/2011 - 16:12

Denúncias recebidas pelo Observatório de Saúde Mental em debate

O Conselho Federal de Psicologia, a Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial (Renila) e a coordenação geral de Saúde Mental e Combate à Tortura da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), debateram nesta sexta-feira, 25 de fevereiro, possíveis encaminhamentos para as denúncias recebidas pelo **Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos (OSM) da Renila, mantido com apoio do CFP.**

Na ocasião, o coordenador geral de Saúde Mental e Combate à Tortura da SEDH, Aldo Benvindo, ressaltou a importância de uma parceria com o CFP na área e propôs trabalho conjunto, para conquistar avanços e combater violações aos direitos humanos.

O Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos tem como prerrogativa **acompanhar a implantação da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e denunciar violações aos Direitos Humanos dos usuários dos serviços de saúde mental.** É um espaço para cobranças pelo respeito e a inserção dos usuários na sociedade.

O OSM tem recebido constantemente denúncias de maus tratos e mortes em instituições de internação de pacientes portadores de sofrimento mental, e encaminhado estas aos órgãos competentes, como ouvidorias do Ministério da Saúde, da Presidência da República e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, cobrando soluções.

Rio Grande do Sul- Santa Cruz do Sul

Observa Saúde Mental- Observatório de Saúde Mental

<https://observasaudemental.wixsite.com/website>

Coordenação:

Dr^a Edna Linhares Garcia e

Dr. Jerto Cardoso

Data da criação: 2020

Criado em outubro de **2020**, desenvolvido pelos professores Dr^a Edna Linhares Garcia e Dr. Jerto Cardoso, bem como, pela acadêmica de Psicologia Maria Carolina Magedanz. Atualmente é integrado também pelas acadêmicas de Psicologia, Maria Eduarda de Moraes Riva, Mariana Hintz Moraes e Raphaela de Moura dos Santos.

O observatório caracteriza-se como uma base de dados técnico-científica e tem por **objetivo mapear, sistematizar e disseminar relatos, dados, documentos e políticas regionais** relacionadas ao histórico, cotidiano e vivências do trabalho realizado pelos sujeitos implicados no cuidado em saúde mental, bem como, a história de Saúde Mental e as Práticas Profissionais em Saúde Mental na **28^a Região de Saúde/Santa Cruz do Sul**

Práticas em Saúde Mental Pré-Reforma Psiquiátrica em Santa Cruz do Sul

17 de novembro de 2020

<https://observasaudemental.wixsite.com/website/pr%C3%A1ticas-em-sa%C3%BAde-mental-pr%C3%A9-reform>

Até 1997 o município não dispunha de nenhum serviço ambulatorial especializado na prevenção e reabilitação psicossocial, o que estava em consonância com a realidade brasileira da época. Um hospital psiquiátrico, antigo sanatório, denominado Clínica Vida Nova, era o responsável pelo tratamento das pessoas com sofrimento psíquico da cidade e região como único recurso institucional disponível. Fundado em 1889, inicialmente como estação hidroterápica com o passar do tempo foi se transformando em um modelo asilar. No final da década de 90 do século passado, ainda tinha como rotinas a reclusão em celas fortes, a eletroconvulsoterapia sem anestesia nem critérios de indicação e as internações recorrentes sem resolutividade. Não havia um plano terapêutico de manutenção dos tratamentos. Após a alta, quem precisasse consultar, o fazia no Plantão de Urgências da prefeitura, gerando muitas vezes uma reinternação.

Contato

Universidade de Santa Cruz do Sul

observasaudemental@gmail.com

Tel: (11) 3456-7890

Jataí – Goiás

OBSAM.UFJ

Universidade Federal de Jataí – UFJ

Observatório de Saúde Mental da UFJ

<https://www.obsamufj.com/>

<https://www.facebook.com/obsam.ufj/>

<https://linktr.ee/obsamufj>

obsamufj@gmail.com

[@obsam.ufj](#) .

[obsam.ufj](#)

Coordenação:

Profa Rita de Cássia Andrade Martins, do curso de Psicologia da UFJ;

Profa Franciny Medeiros Barreto, do curso de Ciências da Computação da UFJ;

Psicóloga Ana Danielly Fernandes da Silva, coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada da UFJ.

O “Observatório de Saúde Mental da UFJ – obsam.ufj” é um **programa de extensão** que tem por objetivo **reunir ações de pesquisa e extensão** com vistas a uma melhor articulação entre ações confluentes no que diz respeito à atenção, à produção científica e à disseminação do conhecimento na área da saúde mental e suas interfaces. As ações de pesquisa e extensão associadas ao programa têm sido desenvolvidas com enfoque na saúde coletiva, em diálogo com a Psicologia Comunitária; na perspectiva interseccional dos determinantes sociais da saúde; e na interface da saúde mental com as tecnologias de informação e comunicação. O Programa é coordenado pelas professoras Rita de Cássia Andrade Martins, do curso de Psicologia da UFJ; e Franciny Medeiros Barreto, do curso de Ciências da Computação da UFJ; e a psicóloga Ana Danielly Fernandes da Silva, coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada da UFJ. As ações que integram o programa agregam professores/as de diferentes universidades e áreas de pesquisa; estudantes de diferentes cursos e comunidade em geral, considerando a importância de parcerias interdisciplinares e interinstitucionais para investigação e desenvolvimento de tecnologias de cuidado no campo da saúde mental.

Pesquisas:

Linha de Pesquisa 1

Memória da loucura: Religiosidade, Ciência e Institucionalização.

Linha de Pesquisa 2

Saúde Mental e Determinantes Sociais da Saúde (Raça, Gênero, Classe e Relações Intergeracionais)

Linha de Pesquisa 3

Saúde Mental, Tecnologia da Comunicação e Processos de Subjetivação

Projetos:

Cirandas de Leitura Coletiva

O “Cirandas de Leitura Coletiva” é um **projeto de extensão** que tem por objetivo **fomentar espaço de letramento racial** a estudantes, profissionais, educadoras/es e pesquisadoras/es por meio do estudo de temáticas raciais no campo da psicologia. O projeto **privilegiará produções bibliográficas de intelectuais negros/os/es e indígenas nacionais**, contribuindo com o processo de familiarização das/os leitoras/es com produção científica preterida na formação hegemônica por autorias brancas e eurocentradas. O projeto utiliza a metodologia participativa, buscando tecer reflexões e discussões por meio de processos coletivos de conscientização no que tange às questões raciais, em especial sobre a branquitude e o racismo. O Cirandas está **articulado à pesquisa “Decolonizando a psicologia brasileira: levantamento biográfico e bibliográfico sobre autoras/es negros/os/es e indígenas na construção de saberes psicológicos”** e ao projeto “Enegrecendo Saberes Psicológicos”.

Enegrecendo Saberes Psicológicos

É uma ação de extensão para divulgação científica vinculada à Pesquisa “Decolonizando a Psicologia Brasileira” e ao projeto “Cirandas de Leitura Coletiva”. Objetivamos dar **visibilidade a intelectuais negros/as/es e indígenas** que contribuem para a **construção de saberes psicológicos**. Consideramos que a produção intelectual não se restringe aos meios acadêmicos e suas formas convencionais de registro e disseminação.

Interações: Psicologia tecendo redes e saberes

Atua nos campos da promoção de saúde e enfrentamento de iniquidades em saúde, com ênfase na saúde mental. O projeto congrega discentes, docentes e pessoas da comunidade de diferentes formações, numa perspectiva interdisciplinar e está **vinculado ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UFJ**. A cada semestre o projeto problematiza um Determinante Social da Saúde (DSS) com enfoque na saúde mental, partindo da premissa de que diferentes aspectos influenciam diretamente a saúde mental tanto no que diz respeito à sua promoção quanto aos seus cuidados. O InterAções define e organiza suas ações a partir de três frentes integradas: **a formação profissional, as intervenções comunitárias e a pesquisa**, tendo referenciais teóricos e metodológicos a Psicologia Comunitária e a Saúde Coletiva, numa perspectiva participativa e interseccional.

Projeto ComPsi/ Conexões entre tecnologia e subjetividade

O projeto de extensão “ComPsi: conexões entre tecnologia e subjetividade” reúne professoras, estudantes e técnica dos cursos de **Psicologia e Ciências da Computação**

com objetivo de contribuir com a **popularização das ciências, a disseminação do conhecimento e a inovação tecnológica em saúde**. Esta **ação de extensão** é coordenada pelas professoras Franciny Medeiros Barreto (Ciências da Computação/UACE/UFJ) e Rita de Cássia Andrade Martins (Psicologia/UACHL/UFJ).

Projeto reExistências: Oficinas para o autocuidado e promoção de saúde

O projeto reExistências é uma **iniciativa conjunta** do **Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias da UFJ** (obsam.ufj) e do **Serviço de Psicologia Aplicada da UFJ** (SPA/UFJ), que tem como objetivo **oferecer atividades** que incentivem o **autocuidado para promoção de saúde**. O projeto também se configura como **espaço de formação e estudo** na área da promoção de saúde, dimensão do cuidado pouco explorada pelos cursos de psicologia e na formação das/os profissionais deste campo. Os **encontros** são realizados **semanalmente**, em **formato online**, por meio de aplicativos gratuitos e de fácil acesso à população, com tradução em libras. Para àqueles que não tenham acesso aos encontros online, os encontros serão disponibilizados em forma de texto e enviados pelo correio ou disponibilizados em áudio via rádio e podcast. As **oficinas** serão mediadas por integrantes do projeto e terão suporte de estudantes do curso de ciências da computação, por meio do **projeto de extensão ComPsi**. O projeto contemplará a comunidade geral, com vagas reservadas para pessoas com deficiência, com apoio de intérpretes de libras (NAI/UFJ). Os **produtos decorrentes das atividades online** (**podcasts, vídeos, textos transcritos**, etc.) serão disponibilizados para benefício de qualquer pessoa interessada por meio das redes sociais e pelo Portal do obsam.ufj

Observatório de Saúde Mental

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Câmpus Jatobá - Cidade Universitária BR 364, KM 195, nº 3800

Jataí – Goiás /CEP 75801-615

Rio Grande do Sul- Santa Maria

ODH/UFSM

Observatório de Direitos Humanos- Universidade Federal de Santa Maria- UFSM- Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão UFSM

<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/>

O Observatório de Direitos Humanos (ODH) da UFSM, tem o propósito de ampliar o debate sobre o tema e estimular a participação de docentes, estudantes, técnicos administrativos e comunidade em geral em ações e reflexões em Direitos Humanos. Seu principal objetivo é o de **promover a cidadania e a cultura de Direitos Humanos** tendo como aspectos básicos a universalidade, a interdependência e a indivisibilidade dos direitos, através da apropriação do conhecimento, da formação acadêmica, da pesquisa, da extensão, da intervenção e da articulação junto às políticas públicas, movimentos

sociais e sociedade civil organizada. **O ODH engloba grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social divididos em onze eixos:** infância e adolescência; população negra; população indígena; pessoa idosa; pessoa com deficiência; LGBTTTQI+; mulheres; refugiados; população em situação de rua; população em privação de liberdade; e **Associação de Vítimas da Kiss (ATVSM)**. Sendo assim, o ODH busca fortalecer sua atuação com esses grupos populacionais, tanto em Santa Maria como nos campi de Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões e Frederico Westphalen.

Eixos e Projetos:

Infância e Adolescência; População Negra; População Indígena; Pessoa Idosa; Pessoa com Deficiência; LGBTTTQI+; Mulheres; Pop. em Situação de Rua; Imigrantes e Refugiados; Pop. em Privação de Liberdade; AVTSM; Saúde mental;

Projetos do eixo saúde mental

No ano de 2021, 02 projetos da UFSM foram contemplados com o recurso do Observatório de Direitos Humanos da UFSM no eixo Infância e Adolescência. Para saber mais sobre os projetos, acesse:

Horta agroecológica comunitária Neide Vaz na Associação de Moradores do Residencial Dom Ivo Lorscheiter

Psicoeducação e primeiros cuidados psicológicos como estratégias de prevenção e promoção da saúde durante a pandemia de covid-19 - Extensão COVID

Observatório de Direitos Humanos UFSM-Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão UFSM

Cidade Universitária. Reitoria, 9ª andar, sala 963/(55) 3220 9412/ (55) 9 9163 3536

observatoriodh@ufsm.br

Campus Sede

Av. Roraima nº 1000/Cidade Universitária/ Bairro Camobi

Santa Maria – RS/ CEP: 97105-900/ +55 (55) 3220-8000

ONG Desinstitute

<https://desinstitute.org.br/sobre/>

Diretora de projetos e interseccionalidade- Aurélia Rios

Diretor executivo- Lucio Costa

Diretora de relações institucionais- Daniela Skromov

O Desinstitute é uma **organização da sociedade civil sem fins lucrativos**, que atua pela **garantia de direitos humanos e pelo cuidado em liberdade** no campo da saúde mental, no Brasil e na América Latina.

Fundado em 2020, o Desinstitute nasce da união de pessoas com trajetórias nas áreas da saúde e do Sistema de Justiça, que se organizaram para formar uma instituição **orientada pelos princípios da luta antimanicomial**. Dedicado à defesa do SUS e do Estado Democrático de Direito, tem como objetivo incidir sobre políticas públicas.

equipe e os colaboradores da organização trabalham nas seguintes frentes:

Formulação e proposição de ações e políticas públicas baseadas em evidências e orientadas por princípios de defesa dos direitos humanos, por meio de **advocacy junto aos legislativos, executivos e sistemas de Justiça**;

Análise, produção e acessibilização de conteúdos e dados técnicos relacionados a temáticas de direitos humanos e saúde mental;

Articulação de iniciativas junto a movimentos sociais e organizações da sociedade civil em defesa do cuidado em liberdade e da garantia de direitos a todas as pessoas;

Monitoramento e análise de políticas públicas na área da saúde mental com foco nos eixos de atuação listados abaixo:

Cuidado Comunitário; Interseccionalidade; Política de Drogas; Sistema de Justiça; Violência Institucional.

Entre em contato por:

e-mail: desinstitute@desinstitute.org.br

Para demandas de imprensa ou comunicação, envie um e-mail para:

comunicacao@desinstitute.org.br

Observatório de Saúde de Macaé

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/198658>

observatorio.saudemacae@gmail.com

Grupo de pesquisa Observatório de Saúde UFRJ/Macaé

Este grupo reúne docentes do **Centro Multidisciplinar UFRJ/Macaé**, interessados em **pesquisas no campo da saúde coletiva**, envolvendo o **cuidado** em saúde em todas as suas **dimensões (políticas, programas e práticas de saúde)**, e a organização e gestão dos serviços setoriais, e a formação para a saúde. Pertence à **Rede Nacional de Observatórios de Políticas Públicas e Educação em Saúde**, que está implantada em **14 universidades brasileiras, dentre as quais, UFRJ, UFF, UFMG, USP, UFES,**

UNIRIO, UERJ, UFMS, UFPR e UFPB. Essa rede tem funcionado como uma "incubadora" de grupos e linhas de pesquisas, e atualmente está produzindo conexões internacionais na Europa e América Latina.

Coordenadores:

Helvo Slomp Junior

Karla Santa Cruz Coelho

Linhas de pesquisa

As redes e o cuidado em saúde

Estudos Populacionais

Formação em Saúde e modos de subjetivação em saúde

<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/pesquisa/grupos-de-pesquisa/observatorio/>

Observatório de Saúde de Macaé, por meio da pesquisa “**Análise da implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PSR) no município de Macaé (RJ)**”, com **fomento** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Chamada Universal MCTI/CNPq N°01/2016.

Observatório Saúde na Mídia

Laboratório de Comunicação e Saúde – LACES/ Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz)

<https://www.icict.fiocruz.br/content/observatorio-saude-na-midia-0>

Pesquisadores

Umberto Trigueiros (Icict/Fiocruz) - coordenação/ Kátia Lerner (Laces/Icict/Fiocruz) – coordenação/ Izamara Bastos Machado (Laces Icict/Fiocruz) – coordenação. Inesita Soares de Araújo (Laces/Icict/Fiocruz)/ Janine Miranda Cardoso (Laces/Icict/Fiocruz)/ Silvia Santos (Fiocruz Pernambuco)/Simone Neves Encarnação (Laces/Icict/Fiocruz)/ Valdir de Castro de Oliveira (Laces/Icict/Fiocruz)/ Wagner Vasconcelos (Fiocruz Brasília)/ Wilson Couto Borges (Laces/Icict/Fiocruz)

Parcerias

Serviço de Comunicação Visual – SCV/ Icict/Fiocruz

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação – CTIC/Icict/Fiocruz

O Observatório Saúde na mídia é uma iniciativa do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces/Icict/Fiocruz). Criado em **2008**, seu objetivo principal é realizar análises sobre os **modos pelos quais os meios de comunicação de massa produzem sentidos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS)** e os temas específicos da saúde, bem como **contribuir para a luta pela democratização da comunicação na sociedade em geral e, na saúde**, em particular.

Para tal, o Observatório monitora diariamente periódicos impressos de grande circulação no país: O Globo e O Dia (Rio de Janeiro), Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde (São Paulo); Correio Braziliense (Brasília); Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco (Recife).

Esse **monitoramento** tem como meta proporcionar uma visão processual e extensiva que forneça subsídios para a realização de estudos qualitativos em recortes temáticos a serem periodicamente definidos. Estes são realizados prioritariamente a partir do **referencial teórico-metodológico da Análise Social de Discursos**, que correlaciona os textos com suas condições de produção e circulação, entendendo estas como condições sociais, econômicas, políticas, institucionais e situacionais.

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz)

Av. Brasil, 4.365 - Pavilhão Haity Moussatché - Manguinhos, Rio de Janeiro

CEP: 21040-900 | Tel.: (+55 21) 3865-3131 | Fax.: (+55 21) 2270-2668

OBSERVA POP RUA

Observatório da Política Nacional de Saúde Integral da População em Situação de Rua

Coletivo de Pesquisa e Extensão com Produção Audiovisual sobre as Vozes das Ruas

<http://www.observapoprua.com>

História

O Observatório da Política Nacional de Saúde Integral da População em Situação de Rua, resultado do projeto de **parceria** entre o **Núcleo de Estudos em Saúde Pública do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NESP/CEAM/UnB)**, com a **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS)**, por meio do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), **integra a Rede de Observatórios de Políticas de Promoção da Equidade no SUS** e atua, principalmente, na articulação entre os diversos setores que formulam, executam e acompanham a implementação de políticas públicas e ações voltadas à população em situação de rua.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA- CNJ

O Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário

<https://www.cnj.jus.br/observatorio/observatorio-direitos-humanos/>

O Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, criado em 17 de setembro de 2020, hoje atende ao primeiro eixo de atuação da gestão 2022-2024: “Direitos humanos e meio ambiente: vida, educação, sobrevivência e convivência humana”, e tem por objetivo fornecer subsídios para a adoção de iniciativas que promovam os direitos humanos e fundamentais no âmbito dos serviços judiciários, nos termos do art. 3º da Portaria n. 190 de 17/09/2020:

Art. 3º São objetivos do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário:

I – promover a articulação do Poder Judiciário com instituições nacionais ou internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos, bem como parcerias para o intercâmbio de informações, de dados, de documentos ou de experiências;

II – municiar a atuação do Poder Judiciário na formulação de políticas, projetos e diretrizes destinados à tutela dos direitos humanos;

III – executar iniciativas e projetos relacionados à temática de direitos humanos;

IV – elaborar estudos e pareceres sobre demandas que envolvam questões estratégicas de direitos humanos;

V – propor a celebração de acordos de cooperação afetos ao seu escopo de atribuições;

VI – organizar publicações referentes à atuação do Poder Judiciário na defesa dos direitos humanos, bem como promover seminários, audiências públicas ou outros eventos concernentes a essa área temática; e

VII – propor ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça medidas que considere pertinentes e adequadas ao aprimoramento da tutela dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário.

O Observatório dos Direitos Humanos é **órgão consultivo da Presidência do CNJ** e tem por objetivo fornecer subsídios para a adoção de iniciativas que promovam os direitos humanos e fundamentais no âmbito dos serviços judiciários.

GT-Observatório dos Direitos Humanos: Apresentação Geral

<https://imdh.ufsc.br/observatorio-de-direitos-humanos/>

Objetivos

O Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC criou o Observatório dos Direitos Humanos para recolher informações de violações de Direitos Humanos e contribuir para a proteção e a promoção dos mesmos. O Grupo de Trabalho Observatório do IMDH/UFSC é composto por professores e professoras, servidores técnico-administrativos e estudantes de diversas áreas da UFSC e da UDESC. Ele tem como objetivo fomentar e desenvolver atividades de pesquisa e extensão de caráter multidisciplinar na área de Direitos Humanos, visando produzir conhecimento com impacto acadêmico e social.

Atividades desenvolvidas

Extensão

Em andamento

2021 Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina.

O Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH) ocupa atualmente uma das cadeiras do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina – CEDH-SC. Seu mandato teve início em 26 de julho de 2021 e conta com a participação das membros do IMDH Maria del Carmen Cortizo e Lúcia Haygert como conselheiras titular e suplente, respectivamente. O mandato das conselheiras tem duração de dois anos (2021-2022). Criado em 2014, o CEDH-SC é um “órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, com a participação do governo e da sociedade civil [...] que tem como finalidade promover e defender os direitos humanos e fomentar as garantias fundamentais, a liberdade individual e a igualdade de direitos civis, culturais, econômicos e sociais” (Art. 1º e Parágrafo único, Lei 16.833/15).

Responsáveis: Maria del Carmen Cortizo e Lúcia Haygert

OEDH - Observatório de Educação em Direitos Humanos- UNESP

https://www2.unesp.br/portal#!/observatorio_ses/institucional/apresentacao/

Objetivos

Segundo as diretrizes da AUGM – Associação de Universidades Grupo Montevideu, o Observatório de Educação em Direitos Humanos deve constituir-se em um espaço institucional, presencial e permanente no âmbito acadêmico de pesquisa, ensino e extensão, que contribua para a construção e promoção de uma cultura dos direitos humanos e sua inter-relação com as organizações sociais, políticas e comunitárias, buscando contribuir com as políticas públicas locais, regionais e nacionais.

Observar e realizar acompanhamento da educação em Direitos Humanos nas Universidades do Grupo Montevideu nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Criar um banco de dados do ensino de graduação e pós-graduação, projetos de pesquisa e de extensão sobre Direitos Humanos.

Estimular a incorporação dos Direitos Humanos a nível curricular na graduação e pós-graduação.

Promover o trabalho de difusão e promoção dos Direitos Humanos, fortalecendo os vínculos com outras instituições e organizações sociais e políticas.

Divulgar produções que relacionem as diferentes áreas de conhecimento com os direitos humanos.

Assumir compromisso de defesa dos princípios de justiça, liberdade, bem estar social e respeito ao reconhecimento da dignidade humana na comunidade acadêmica.

Contribuir na construção coletiva de uma cultura dos Direitos Humanos e na consolidação da democracia e do Estado de Direito.

Integrar-se às redes nacionais e internacionais, mediante convênios, acordos interinstitucionais em torno dos Direitos Humanos.

Contribuir na construção de estratégias de integração da diversidade social e cultural para o acesso justo e permanência na universidade.

Estimular, apoiar e promover intercâmbio entre os diversos segmentos e Unidades da Unesp em torno dos Direitos Humanos.

Estimular, apoiar e promover projetos que visam à formação e capacitação de profissionais das áreas de educação básica, ensino superior, educação não-formal, meios de comunicação e sistema de justiça e segurança, no que se refere à educação em direitos humanos.

Projeto Observatório de Direitos Humanos em Escolas (PODHE)

<https://nev.prp.usp.br/noticias/conheca-o-projeto-observatorio-de-direitos-humanos-em-escolas-podhe-iniciado-esse-ano-por-nossos-pesquisadores/>

NEV-USP inicia etapa piloto do Projeto Observatório de Direitos Humanos em Escolas (PODHE)

Em fevereiro de 2017, pesquisadores do NEV-USP deram início à implementação da etapa piloto do Projeto Observatório de Direitos Humanos em Escolas, o PODHE. As atividades têm como público-alvo os alunos do 6º ano do ensino fundamental II e do 1º ano do ensino médio da rede pública de São Paulo.

O que é o PODHE?

O Projeto Observatório de Direitos Humanos em Escolas (PODHE) é uma iniciativa que visa assegurar a Educação em Direitos Humanos (EDH) estabelecida pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH). O projeto é voltado a estudantes da educação básica e vem sendo implementado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), como parte do programa de educação da

pesquisa “Building Democracy Daily: Human Rights, Violence and Institutional Trust” (CEPID/FAPESP).

O objetivo desse projeto é desenvolver atividades de sensibilização e formação para o conhecimento e o monitoramento de direitos humanos em contextos escolares e outros espaços de vivência de educandos, para promover a valorização dos aspectos positivos de seu cotidiano e fomentar a construção coletiva de estratégias de superação de problemas identificados.

Qual a metodologia utilizada?

Os “Observatórios” tem como finalidade o envolvimento dos educandos na produção de diagnósticos sobre a realidade escolar e sobre o contexto social onde vivem, a partir da ótica dos direitos humanos. É uma metodologia que preza, portanto, pelo desenvolvimento de uma EDH contextualizada, participativa e colaborativa, por meio de atividades que propiciem uma vivência fundamentada nos princípios dos direitos humanos (como dignidade, igualdade e não discriminação), bem como utilizem linguagens de expressão que permitam uma EDH por meio de práticas criativas e inovadoras.

Onde e com quem é implementado?

Em sua etapa piloto, o PODHE é desenvolvido com educandos e profissionais de duas escolas pertencentes a rede pública de ensino de São Paulo: a EMEF Bernardo O’Higgins, na Vila Alexandria, e a EE Amélia Kerr Nogueira, no Jd. Horizonte Azul. Nessa fase, as atividades abrangem, especificamente, cinco turmas de 6º ano do ensino fundamental II e duas turmas de 1º ano do ensino médio. As atividades destinadas aos alunos são realizadas nos períodos de aula, em colaboração com os professores.

Informações Gerais

Equipe: Vitor Blotta, Caren Ruotti, Gorete M. Jesus, Clarice Lopes e Diego Corrêa.

Telefone: 55 (11) 3091-4951

E-mail: podhe.nev@gmail.com

Facebook: <https://goo.gl/CfAuD2>

O Observatório da Proteção dos Direitos Humanos

UNIFESP

<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/observatorio-da-protecao-dos-direitos-humanos>

O Observatório da Proteção dos Direitos Humanos foi criado como projeto de extensão do CAAF e credenciado na Política de Observatórios da Unifesp em 2019, com o objetivo de construir metodologias, estabelecer parcerias e tecer redes para a realização de coleta e análise de dados relativos à promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. Suas atividades se realizam por meio da delimitação de temas de atuação, que podem ter por foco as práticas de órgãos públicos, legislação e políticas públicas com

impacto sobre a situação dos direitos humanos; situações de ameaças e violações graves de direitos humanos; ou a cartografia de como grupos e sujeitos atingidos por violações se organizam e estruturam suas ações de resistência. Trata-se de um trabalho de caráter extensionista, que busca um desenvolvimento colaborativo e participativo, em diálogo com atores externos à universidade, e almeja não apenas produzir conhecimento mas também, diretamente, atuar de maneira a contribuir com a transformação da realidade.

São duas as primeiras linhas temáticas de atuação do Observatório. Na primeira, **Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos**, o Observatório desenvolve monitoramento e análise qualitativa da atividade legislativa na esfera federal referente à atuação da justiça criminal e à proteção aos direitos humanos, bem como mapeamento de relatórios produzidos pela sociedade civil sobre violência e ameaças contra defensoras e defensores de direitos humanos.

Em sua segunda linha temática, **Promoção dos direitos humanos e preservação da memória de graves violações**, o Observatório trabalha em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e equipe do Núcleo de Direitos Humanos da PUC/RJ, no acompanhamento da atuação dos órgãos públicos de promoção e proteção dos direitos humanos em âmbito federal, particularmente daqueles que lidam com violações graves de direitos humanos.

Equipe permanente na Unifesp

Profa. Carla Osório (coordenadora)

Profa. Fernanda Emy Matsuda (vice-coordenadora)

Prof. Edson Teles

Marília Calazans

O Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas

https://observatoriodh.com.br/?page_id=179

O Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas é vinculado ao **Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá**, constituído com a proposta de fomentar, reunir e divulgar pesquisas e ações de extensão e ensino nas áreas de democracia, direitos humanos e políticas públicas.

O Observatório procura se consolidar como espaço para divulgação científica e de diálogo entre movimentos sociais, pesquisadores e atores sociais interessados na agenda de estudos e pesquisa em participação política, direitos humanos e políticas públicas.

OBJETIVO

Fomentar a criação de um espaço para críticas, reflexões, estudos e compartilhamento de informações sobre o campo interdisciplinar de Direitos Humanos e Políticas Públicas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Observatório articula ações com a colaboração de pesquisadores da Unifap e de outras instituições de ensino superior e junto aos movimentos sociais em três frentes de atuação:

1 – Na área de ensino, oferta ações de formação em cursos de especialização e aperfeiçoamento voltado a gestores e técnicos de políticas públicas e integrantes de movimentos sociais, por meio da **Escola de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas**. Atualmente, está em oferta o **Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas**.

2 – Na área de pesquisa, apoia e desenvolve colaborativamente investigações na área de participação e democracia, direitos humanos e políticas públicas, por meio da ação dos pesquisadores colaboradores. Os pesquisadores estão inseridos no Grupo de Pesquisa **Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas** e **Grupo de Pesquisa Mídia, Política e Democracia**.

3 – Na área de extensão, articula e desenvolve **projetos de extensão** com foco na consultoria, assessoria técnica e formação na área de educação em direitos humanos e gênero e direitos sexuais; na área de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, tendo como público prioritário organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e demais instituições públicas.

EQUIPE

Comissão Gestora

Profa Dra Ana Cristina Maués;
Profa Dr Antônio Sardinha (**coordenação executiva**);
Profa Dra Camila Risso (**coordenadora adjunta**);
Profa Dra Cássia Hack;
Profa Dra Eliane Cabral;
Profa Dra Patrícia Rocha Chaves;
Profa Msc Paula Bastone

Coordenação Escola de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas

Prof Dr Antonio Sardinha
Profa Dra Ana Cristina Maués
Acesso: **www2.unifap.br/escoladh/**

Agência de Notícias – Portal do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas

Coordenação Editorial: Prof Antonio Sardinha

Consultora: Jacqueline Freitas de Araújo

Acesso: **<http://observatoriodh.com.br/>**

Bolsistas PROEAC (2020) – Ingra Tadaiesky (Curso de Jornalismo), Marta Gomes (Curso de Ciências Sociais); Herbert Souza (Curso de Ciências Sociais); Guilherme Vitorino (Curso de Geografia)

Bolsistas egressos PROEAC – Arthur Corrêa (Curso de Jornalismo); Maria Silveira (Curso de Jornalismo); Crislem Freitas (Curso de Jornalismo); Clarisse Dantas (Curso de Jornalismo); Vinícius Trindade (Curso de Jornalismo); Thales Lima (Curso de Jornalismo)

CONTATO

E-mail: observatoriodosdireitoshumanos@gmail.com

Dispõe sobre a criação do Observatório de Direitos Humanos da Unicamp.

<https://www.pg.unicamp.br/norma/14399/1>

O Reitor na Universidade Estadual de Campinas, considerando:

A necessidade de organização do processo de trabalho e das instâncias administrativas e acadêmicas visando apoiar as ações referentes a garantir o cumprimento das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, baixa a seguinte resolução:

Artigo 1º - Fica criado o Observatório de Direitos Humanos da Unicamp vinculado à Diretoria Executiva de Direitos Humanos. (Alterado pela Resolução GR-016/2019)

Artigo 2º- O Observatório de Direitos Humanos da Unicamp deverá ser a referência em pesquisas, atividades de ensino, extensão e gestão realizadas pela UNICAMP no campo dos direitos humanos.

Artigo 3º - Compete ao Observatório de Direitos Humanos da Unicamp:

- I. Apoiar a educação formal e informal em direitos humanos de todos os segmentos que atuam na universidade: alunos, professores, funcionários;
- II. Estimular o respeito aos direitos humanos na pesquisa, ensino, extensão, gestão e convívio;
- III. Difundir informações e iniciativas a partir das pesquisas, estudos, projetos de extensão e cursos realizados na Unicamp para auxiliar o fortalecimento do debate dos direitos humanos na sociedade;
- IV. Auxiliar na resposta a consultas dos diferentes órgãos da universidade;
- V. Elaborar o seu Regimento Interno. (Alterado pela Resolução GR-016/2019)**

Artigo 4º - O Observatório de Direitos Humanos da Unicamp será administrado por uma Comissão Assessora com a seguinte estrutura organizacional:

- I. O Coordenador do Observatório que preside a Comissão;
- II. O Vice-coordenador do Observatório;
- III. Dois docentes representantes de cada uma das diferentes áreas da Unicamp, Exatas, Tecnológicas, Humanidades, Artes e Biológicas, sendo um titular e outro suplente;
- IV. Dois representantes dos Colégios Técnicos da Unicamp, sendo um titular e outro suplente;
- V. Um representante da Ouvidoria da Unicamp;
- VI. Um servidor/a da DGRH;
- VII. Um representante da Secretaria de Vivência dos Campi da Unicamp;
- VIII. Dois representantes discentes;
- IX. Um membro da comunidade externa.

Artigo 5º. Os membros da Comissão Assessora serão indicados pelo Reitor.

§ 1º. A coordenação e a vice-coordenação serão exercidas por docentes da carreira MS indicados pelo Reitor.

§ 2º. O mandato dos membros da Comissão Assessora será de dois anos podendo ser reconduzidos.

Artigo 6º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Histórico de Revisões

Artigo 1º e o inciso V do artigo 3º alterados pela Resolução GR-016/2019.

O Observatório de Direitos Humanos Sul Fluminense (ODH-SULFLU)

<https://odhsflu.vr.uff.br/>

O Observatório de Direitos Humanos Sul Fluminense (ODH-SULFLU) é uma articulação de indivíduos e coletivos com caráter interdisciplinar e sem fins lucrativos, voltada à produção de dados e ações no campo dos Direitos Humanos na região Sul Fluminense. A proposta do ODH-SULFLU é ser um espaço democrático aberto à participação social e das instituições públicas, com uma atuação pautada nas demandas populares.

No campo das pesquisas, o ODH-SULFLU tem como objetivo o acompanhamento das violações aos direitos humanos praticadas na região, bem como o monitoramento das políticas públicas no campo dos DH e recomendações ao Estado, de maneira a subsidiar a ação dos movimentos sociais e o aperfeiçoamento das políticas do poder municipal, através de levantamento e sistematizações de informações no contexto local/regional.

No campo dos projetos de extensão, o ODH-SULFLU pretende oferecer suporte técnico aos movimentos sociais e aos coletivos, compondo ações conjuntas em prol da luta por direitos e da superação da exclusão social e injustiças sociais no contexto local/regional.

Buscando atender as diferentes dimensões da luta por direitos, as ações e projetos se dividem em seis eixos orientadores:

1. **Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)**
2. **Memória e Acesso a Justiça (MAJ)**
3. **Trabalho Digno e Acesso a Saúde (TDAS)**
4. **Igualdade Racial e Direito das Mulheres (IRDM)**
5. **Violência Estrutural e Reparação Psicossocial (VERP)**
6. **Direito a Cidade, Terra e Território (DCTT)**

O ODH-SFLU está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (ICHS/UFF), reunindo as áreas de Administração, Administração Pública, Direito, Psicologia e Sociologia e integrando professores e estudantes em diferentes níveis de formação. O **ODH-SFLU** possui sede na cidade de **Volta Redonda**, onde se situa a **UFF Aterrado**.

Observatório de Direitos Humanos da Unicamp

<https://pt-br.facebook.com/ODH.Unicamp/>

Observatório Parlamentar da Revisão Periódica da ONU de Direitos Humanos

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/observatorio-parlamentar-da-revisao-periodica-universal-da-onu>

A Revisão Periódica Universal de Direitos Humanos (RPU) avalia, a cada quatro anos, a situação dos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, é o **Observatório Parlamentar da Revisão Periódica da ONU de Direitos Humanos**, gerenciado pela **Câmara dos Deputados**, que acompanha a implementação das recomendações feitas pelos estados-membros da ONU ao País.

São objetivos do Observatório Parlamentar:

- aumentar o engajamento brasileiro na defesa dos Direitos Humanos e junto às Nações Unidas
- contribuir para a efetividade das recomendações aprovadas na Revisão Periódica Universal
- fortalecer as políticas públicas de direitos humanos no Brasil
- disseminar informações sobre os mecanismos de defesa dos direitos humanos das Nações Unidas

Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - ODHCA

O Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - ODHCA foi desenvolvido em 2010 por iniciativa do Cedeca Glória de Ivone. Constitui-se numa plataforma de trabalho para o desenvolvimento de diagnósticos situacionais, estudos e pesquisas, bem como a disseminação de conhecimento no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Objetivo

Produzir, concentrar e disseminar conhecimento sobre as violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes de modo a possibilitar a construção das políticas públicas e contribuir para a identificação de respostas que possam fomentar o debate público.

O que é?

É uma ferramenta eficaz para o ordenamento de indicadores básicos para subsidiar a realidade social, já que permite o monitoramento das políticas públicas sociais e das violações de direitos humanos do público infante juvenil, trazendo uma perspectiva para a gestão, para o controle e para a organização da proteção Integral às crianças e adolescentes.

Linhas estratégicas de atuação do ODHCA:

1. **Controle Social de políticas públicas**
Refere-se ao acompanhamento, monitoramento e controle social de políticas

públicas, especialmente dos Planos Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes; Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Plano pela Primeira Infância, Plano Estadual de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária.

2. **Produção e difusão do conhecimento**

A produção e difusão do conhecimento se dá por meio da realização de pesquisas setoriais e diagnósticos da realidade, realização de estudos e pesquisas dos indicadores sociais – saúde, educação, assistência social, violência sexual, trabalho infantil, produção legislativa, segurança, direitos humanos – bem como dos seus referidos gastos, no âmbito das políticas públicas estaduais.

Além disso, a partir de estudos e pesquisas o Observatório promove debates na sociedade sobre as violações de direitos de crianças e adolescentes tocantinenses, sobretudo, garantindo o direito a participação e o protagonismo.

Contato: observatorio@cedecato.org.br

Observatório de Direitos Humanos de Guarulhos

<https://www.guarulhos.sp.gov.br/observatorio-de-direitos-humanos>

O Observatório de Direitos Humanos (ODH) é um canal de monitoramento e divulgação de dados e indicadores sobre a situação dos direitos humanos em Guarulhos. Foi criado pela Portaria Municipal 005/ 2017 - SAD e é composto por técnicos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SDH) de Guarulhos.

Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos

https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/11KI/content/observatorio-interinstitucional-de-direitos-humanos-se-reune-para-avaliar-aco-es-desenvolvidas/18319

O Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos se reuniu nessa terça-feira (31/5), no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), para debater as atividades do seu primeiro ano de existência em várias frentes. Com representantes de diferentes instituições, o órgão é responsável pela articulação do Poder Judiciário com as instituições nacionais ou internacionais que atuam na área de proteção dos direitos humanos, assim como parcerias para intercâmbio de informações, experiências e projetos ligados à tutela de direito humanos.

Observatório de Direitos Humanos do Paraná UFPR

<https://www.ufpr.br/portalfupr/noticias/observatorio-de-direitos-humanos-do-parana-e-lancado-na-ufpr/>

Foi realizada na tarde de terça-feira (29), a cerimônia de abertura do Observatório de Direitos Humanos do Paraná, lançado pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça em parceria com a UFPR.

O observatório terá como função estudar as violações dos direitos humanos no Paraná, contribuindo inicialmente com a Comissão Nacional da Verdade — órgão criado para investigar crimes que aconteceram na época da ditadura.

Observatório de Políticas Públicas de Direitos Humanos no Mercosul

<http://www.observatoriomercosur.org.uy/pr/observatorio.php>

Apresentação

O Observatório de Políticas Públicas de Direitos Humanos no Mercosul é uma organização regional constituída por representantes da sociedade civil de: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. Foi fundada na cidade de Córdoba no ano de 2004, com o objetivo de monitorar e incidir nas políticas públicas de direitos humanos nos países do bloco. Para cumprir com esse propósito, capacita e promove a participação da sociedade civil nos âmbitos institucionais do Mercosul.

O Observatório está integrado por doze organizações com vasta trajetória nos seus respectivos países: o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), o Serviço Argentino de Direitos Humanos (SADH) e o Centro de Direitos Humanos e Ambiente (CEDHA), da Argentina; o Instituto Sou da Paz, Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e Conectas Direitos Humanos, do Brasil; o Instituto Paraguai de Direitos Humanos (IPDH), Comissão de Igrejas para Ajuda de Emergência (CIPAE) e Raíces para o Fortalecimento e o Desenvolvimento, do Paraguai; o Serviço Paz e Justiça (SERPAJ), o Instituto Solidariedade e Desenvolvimento (ISODE) e o Instituto de Estudos Legais e Sociais do Uruguai (IELSUR), pelo Uruguai.

Linhas temáticas

Sem desconhecer os sistemas universal e interamericano de proteção e supervisão dos direitos humanos, o Observatório, desde uma perspectiva regional, estimula a adoção de um conjunto de políticas públicas que permitam:

- Avançar no respeito ao Estado de Direito e na vigência da democracia.
- O aprimoramento da segurança cidadã.
- Garantir o acesso à justiça.
- O exercício da liberdade de imprensa e o acesso à informação.

- Exigir e respeitar os direitos econômicos, sociais e culturais.
- A construção de uma memória coletiva sobre as violações aos direitos humanos, na região, durante as ditaduras.
- A educação em direitos humanos.

O Observatório de Políticas Públicas de Direitos Humanos no Mercosul tem sua sede em Montevideú, Uruguai.

Observatório da Violência e Direitos Humanos na Região do Cariri promove visitas às unidades descentralizadas da URCA- Universidade Regional do Cariri

<http://www.urca.br/observatorio/observatorio-da-violencia-e-direitos-humanos-na-regiao-do-cariri-promove-visitas-as-unidades-descentralizadas-da-urca/>

O Observatório da Violência e Direitos Humanos na Região do Cariri, promoveu visitas às Unidades Descentralizadas de Iguatu, Campos Sales e Missão Velha. O objetivo das visitas foi divulgar as atividades desenvolvidas pelo Observatório e estabelecer parcerias através da filiação de docentes. As coordenadoras, dr^a. Grayce Alencar Albuquerque e dr^a. Socorro Vieira, destacaram durante as visitas para os alunos os objetivos e finalidades do Observatório e apresentaram edital de filiação dos docentes, que está aberto até o dia 29/04/2016.

“Considero importante descentralizar as ações do Observatório para as demais unidades descentralizadas visto que a violência contra grupos vulneráveis também está presente neste municípios e será importante o monitoramento desses dados”, disse a coordenadora Grayce Alencar. A filiação de docentes é válida já que, em conjunto com discentes, realizarão pesquisas sobre a temática, e as pesquisas irão subsidiar as ações do Observatório no enfrentamento ao problema. Desta forma, convido todos os docentes a acessarem o edital e se inscreverem. Essa parceria é fundamental, destaca a coordenadora.

Fonte: <http://www.urca.br/portal/index.php/listanoticias/14-lista-de-noticias/926-observatorio-da-violencia-e-direitos-humanos-na-regiao-do-cariri-promove-visitas-as-unidades-descentralizadas-da-urca>

Observatório de Direitos Humanos

<https://justica.sp.gov.br/index.php/observatorios/direitos-humanos/>

O que é?

O Observatório de Direitos Humanos é uma via de divulgação de informações sobre a defesa de direitos humanos e a forma de atuação dos organismos internacionais, como a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, atuando como instrumento regional de proteção internacional desse rol de direitos.

O Observatório de Direitos Humanos atua como **canal de recebimento de denúncias** e possui **mecanismo de monitoramento das violações de direitos humanos no estado de São Paulo**.

uma instituição justifica-se uma vez que, apesar dos tratados internacionais protetivos ratificados pelo Brasil, as violações aos direitos humanos continuam a ocorrer no País.

Nesse sentido, impõe-se a institucionalização da defesa e da promoção dos direitos humanos, a fim de proteger o bem comum e o interesse público, sendo a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania instrumento importante para trabalhar com a rede internacional de promoção e defesa dos direitos humanos.

O que faz?

- Monitora os processos existentes contra o País perante a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- Serve de canal de denúncias sobre violações de Direitos Humanos no estado de São Paulo;
- Realiza acompanhamento formal das medidas adotadas em face de violações cometidas no âmbito do estado de São Paulo.